

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Table with 3 columns: Ativo, 2010, 2009. Rows include Circulante, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, etc.

Table with 3 columns: Passivo, 2010, 2009. Rows include Circulante, Depósitos, Depósitos à vista, etc.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais)

Table with 7 columns: Capital social, Reserva de capital, Reservas de lucros, Reserva especial de lucros, Ajuste de avaliação patrimonial, Lucros acumulados, Total. Rows show changes for 2010 and 2009.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. é um banco múltiplo, autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank - France (75,5%) e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking (24,5%), com sede na França.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BC/BEN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

3. Sumário das principais práticas contábeis
a) Apreciação do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos dos efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
• operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;

• operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;

• instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens objeto de hedge devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balanços mensais e balanços.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2010 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de fluxo de caixa.

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito
As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa em operações de crédito é efetuada pela administração para concluir quanto ao valor necessário a ser provisionado, constituída com base na análise dos riscos de realização de créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, caso a caso, levando em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e aos garantidores, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por impairment.

g) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado e diferido
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o diferido (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

O saldo do ativo diferido foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de logicais utilizados em processamento de dados e gastos com benefícios em imóveis alugados de terceiros incorridos até 30 de dezembro de 2008.

i) Depósitos e captações no mercado aberto
Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

j) Obrigações em moedas estrangeiras
As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

k) Imposto de renda e contribuição social
O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o diferido (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

o) Operações de câmbio
As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 489 de 3 de outubro de 2005 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Interpretação Técnica IBRACON nº 02 de 30 de novembro de 2006 e Resolução nº 3.535 de 31 de janeiro de 2008 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos;

• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

o) Demais ativos e passivos circulantes
São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez
a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

Table with 3 columns: 2010, 2009. Rows show Posição bancada - vencimento até 30 dias, Posição financeira - vencimento até 30 dias, Total.

Vencimento até 360 dias
Aplicações em depósitos interfinanceiros
Vinculado a crédito rural
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 69.947 (R\$ 57.358 em 2009).

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a carteira de títulos e valores mobiliários classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente estava assim composta:

Table with 4 columns: Até 3 meses, De 3 a 12 meses, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Total. Rows show Compensação, Patrimonial - mercado, Contratos de swap, etc.

6. Fluxos de Caixa
a) Composição por classificação
2010 2009
Custo (j) Mercado 26.639 23.596
Carteira própria 10.496 10.496

Títulos disponíveis para venda 16.143 16.143
Vinculados a operações compromissadas 26.639 23.596

Vinculados à prestação de garantias 48.672 48.645
Total 75.311 75.284

b) Composição por emissor
2010 2009
Títulos de Renda Fixa 75.284 116.613

Total 75.284 116.613
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 23.493 (R\$ 10.789 em 2009).

c) Instrumentos financeiros derivativos
Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: swaps, termos e futuros. A partir da vigência da Circular nº 3.082, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (hedge accounting).

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Table with 4 columns: 2º semestre 2010, 2010, 2009, Exercício. Rows include Receitas de intermediação financeira, Resultado bruto de intermediação financeira, Outras receitas (despesas) operacionais, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: 2º Semestre 2010, 2010, 2009, Exercício. Rows include Lucro líquido do semestre/exercício, Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido, Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais, etc.

Os instrumentos derivativos são utilizados, prioritariamente, para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de hedge, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas, oriundas de sua natureza operacional.

Hedge contábil
A política de utilização de hedge é alinhada aos limites de exposição a riscos do Grupo Crédit Agricole. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de hedge contábil, de acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

Para proteger o risco de mercado contra a exposição à taxa de juros pré-fixada, em 10/03/2009 o Banco negociou contratos de swap a vencer entre 2011 e 2013 com valor nominal dos contratos no total de R\$ 20.456, que gerou ajuste a valor de mercado registrado no resultado no valor de R\$ 154. O item objeto de hedge representado por uma operação de crédito no montante de R\$ 19.444 (nota 7) também possui vencimentos entre 2011 e 2013, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O monitoramento da efetividade do hedge, que mensura a neutralização dos instrumentos derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de hedge está dentro do intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082 do Banco Central.

O diferencial a liquidar das operações de swap contratadas no montante de R\$ 154, está registrado no passivo pelo valor de mercado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estavam assim distribuídas:

Table with 6 columns: 2010, Valor nominal dos contratos, Custo valor a receber (pagar), 2009, Valor nominal dos contratos, Custo valor a receber (pagar). Rows show Contratos de swap designados como Hedge de risco, Total Contratos de swap a receber (pagar), etc.

Contratos de swap designados como Hedge de risco
de mercado (Pré vs CDI)
Total Contratos de swap a receber (pagar)

Contratos de swap designados como Hedge de risco
de mercado (Pré vs CDI)
Total Contratos de swap a pagar

Compra a termo de moeda - NDF
Venda a termo de moeda - NDF

Table with 4 columns: 2010, Valor nominal dos contratos, 2009, Valor nominal dos contratos. Rows show Contratos de futuros (i), Ajuste diários - posição comprada, etc.

Contratos de futuros (i)
Ajuste diários - posição comprada
Dólar
DDI
Ajuste diários - posição vendida

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$379 (R\$ 141 em 2009) e a pagar no valor de R\$ 3.368 (R\$ 18 em 2009), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.

As operações são custodiadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA.

Os instrumentos financeiros derivativos referentes às operações de swaps, termos e futuros por vencimento têm a seguinte composição com base no valor nominal dos contratos:

Table with 5 columns: Até 3 meses, De 3 a 12 meses, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Total. Rows show Compensação, Patrimonial - mercado, Contratos de swap, etc.

Compensação
Contratos de swap
Contratos de termo
Total

Patrimonial - mercado
Contratos de swap
Diferencial a pagar
Diferencial a receber
Total

Contratos de futuro
Diferencial a receber
Diferencial a pagar
Total

Compensação
Contratos de swap
Contratos de termo
Total

Patrimonial - mercado
Contratos de swap
Diferencial a receber
Diferencial a pagar
Total

Contratos de futuro
Diferencial a receber
Diferencial a pagar
Total

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

Table with 3 columns: 2010, 2009, Total. Rows show Futuros, Swap, Termo, Total.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de riscos

Risco de crédito
Em uma operação financeira, o Risco de Crédito está relacionado com o risco da contraparte não ter capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, em especial pagamento de principal e juros nos prazos predeterminados, ou ainda as garantias prestadas por esta contraparte não forem suficientes para cumprir tais obrigações, gerando assim alguma perda para o Banco.
O Banco possui políticas de avaliação e gerenciamento de risco de crédito que estão em conformidade com as normas internacionais do grupo Crédit Agricole e com a regulamentação vigente do Banco Central do Brasil.

Estas políticas observam riscos relativos à contraparte individualmente e como parte integrante de grupo econômico, concentração setorial, limitações de prazos, entre outros, de forma a manter a qualidade esperada da carteira, a qual é periodicamente avaliada pela alta administração do grupo Crédit Agricole. As políticas são implementadas através de sistemas e ferramentas próprias de análise, mensuração e classificação dos riscos por qualidade da contraparte ("rating"). O processo decisório é fundamentado através de Comitês de Crédito, sendo que a estrutura de Análise e Gerenciamento de Risco de Crédito é composta por Diretoria específica.

Risco de mercado
As perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco. Valor em Risco (VaR) e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do Valor em Risco utiliza simulação histórica, considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de holding period. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas de mercado. O teste de aderência (back-testing) do modelo de Valor em Risco é efetuado comparando-se os resultados esperados com os resultados efetivamente auferidos.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, o Banco usa o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter-se uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Banco e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos do Banco.

Os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI, exposição a variação cambial de moedas, libor e cupom cambial. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

Risco operacional

Definido como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Controles Permanentes e Risco Operacional do Banco Crédito Agrícola Brasil S.A. integra a Diretoria de Risco e Controles Permanentes, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas.

Através de reuniões frequentes e regulares, a alta administração do Banco Crédito Agrícola Brasil S.A. discute os riscos operacionais assim como as consequências ações a serem implementadas, quando necessário.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

7. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2010		2009	
	Emprestimos			
Emprestimos	169.900		127.455	
Emprestimos-objeto de Hedge (nota 5b)	19.444		31.914	
Titulos e créditos a receber (nota 9) (i)	146.397		85.596	
Rendas a receber sobre adiamentos concedidos (nota 8)	2.989		6.264	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8)	401.992		263.433	
Total	740.722		514.662	
Marcação a mercado do objeto de hedge	(154)		237	
	740.568		514.899	
Circulante	625.059		381.396	
Realizável a longo prazo	115.509		133.503	

(i) Corresponde a nota de crédito de exportação (NCE) e a cédula de crédito bancário.

a) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2010			Nível de provisão %	Valor da provisão
	Vencida	A vencer	Total		
AA	-	644.492	644.492	-	-
A	-	94.447	94.447	0,5%	472
B	-	1.629	1.629	1%	16
Total	-	740.568	740.568		488

Nível	2009			Nível de provisão %	Valor da provisão
	Vencida	A vencer	Total		
AA	-	323.234	323.234	-	-
A	-	27	27	0,5%	-
B	-	156.459	156.459	1%	1.564
E	16.454	18.725	35.179	30%	10.554
Total	16.454	498.445	514.899		12.118

b) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2010	2009
Saldo no início do exercício	12.118	846
Constituições	1.074	34.118
Reversões	(12.704)	(22.846)
Saldo no final do exercício	488	12.118

c) Por setor de atividade

	2010	2009
Setor privado		
Rural	16.920	-
Indústria	265.627	215.527
Comércio	274.275	180.410
Serviços	183.372	117.510
Pessoas físicas	374	1.452
Total	740.568	514.899

d) Por faixa de vencimento

	2010	2009
A vencer	740.568	498.445
Até 3 meses	349.773	204.026
De 3 meses a 1 ano	276.238	161.952
De 1 ano a 3 anos	114.557	46.175
De 3 anos a 5 anos	-	86.292
Vencidas	-	16.454
A partir de 15 dias	-	16.454
Total	740.568	514.899

8. Carteira de câmbio

Ativo	2010	2009
Direitos sobre vendas de câmbio	76.255	53.620
Câmbio comprado a liquidar	456.748	285.656
Rendas a receber sobre adiamentos de contratos de câmbio (nota 7)	2.989	6.264
Total	535.992	345.540

Passivo

	2010	2009
Câmbio vendido a liquidar	72.794	51.904
Obrigações por compras de câmbio	478.247	317.144
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	(401.992)	(263.433)
Total	149.049	105.615

9. Outros créditos - Diversos

	2010	2009
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	44	486
Créditos tributários (nota 24b)	3.867	8.956
Adiantamentos e antecipações salariais	-	321
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 11a)	2.492	2.967
Titulos e créditos a receber (nota 7)	63.938	3.467
Outros	723	40
Total	71.064	16.237

Realizável a longo prazo

	2010	2009
Créditos tributários (nota 24b)	324	4.617
Impostos e contribuições a compensar	2.427	2.364
Devedores por depósito em garantia (i)	3.373	3.243
Titulos e créditos a receber (nota 7)	82.459	82.129
Devedores diversos	-	287
Total	88.583	92.640

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 20).

10. Investimentos em controladas e coligadas

	Crédit Agricole Brasil S.A. DTVM (i)	Calyon Overseas Bank Ltd. (ii)	Crédit Agricole Corporate Finance do Brasil - Consultoria Financeira Ltda. (ii)	Total
Capital social em				
31 de dezembro de 2010	109.060	-	8.750	-
Ações/quotas possuídas (quantidades)	5	-	699.993	-
Patrimônio líquido em				
31 de dezembro de 2010	16.941	-	12.081	-
Lucro/prejuízo líquido Exercício de 2010	(14.879)	-	3.081	-
Participação em				
31 de dezembro de 2010	0,00005%	-	99,999%	-
Resultado de equivalência Exercício 2010	-	192	3.081	3.273
Valor do investimento baseado na equivalência em				
31 de dezembro de 2010	-	-	12.081	12.081

11. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	2010		2009	
	Ativo/ (Passivo)	Recitas/ (Despesas) (*)	Ativo/ (Passivo)	Recitas/ (Despesas) (*)
Disponibilidades	1.116	-	695	-
Valores a receber sociedades ligadas	2.492	18.373	2.967	20.866
Outros créditos	74.476	(686)	45.715	(9)
Depósitos à vista	(171)	-	(1.548)	-
Depósitos interfinanceiros	(2.958)	(231)	(2.062)	(87)
Depósitos a prazo	(7.992)	(471)	(5.098)	(223)
Operações compromissadas	(100.040)	(8.537)	(45.006)	(12.053)
Valores a pagar sociedades ligadas		(2.881)	(8.917)	(4.126)
Dívida subordinada	(16.707)	189	(17.450)	5.252
Empréstimos no exterior	(550.593)	(385.013)	(335.723)	(7.756)
Outras obrigações	(72.794)	-	(45.256)	-

(*) O resultado das operações realizadas em moeda estrangeira inclui a variação cambial do exercício.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nas mesmas.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 8.580 (R\$ 5.440 em 2009), a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. Depósitos e captações no mercado aberto

	À vista e outros		Interfinanceiros		A prazo		Captações no mercado aberto	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Sem vencimento	16.070	9.018	-	-	-	-	-	-
Até 3 meses	-	-	2.958	2.062	7.020	6.870	100.040	45.006
De 3 a 12 meses	-	-	-	-	32.634	12.962	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	86.424	59.797	-	-
De 3 a 5 anos	-	-	-	-	3.532	70.993	-	-
Total	16.070	9.018	2.958	2.062	129.610	150.622	100.040	45.006

13. Obrigações por empréstimos

	2010	2009
Até 3 meses	364.062	263.384
De 3 a 12 meses	186.531	72.339
Total	550.593	335.723

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se à captação de linhas para financiamento às exportações junto ao Grupo Crédit Agricole (nota 11a), remuneradas por taxas e condições de mercado.

14. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2010	2009
Até 3 meses	18.570	-
De 3 a 12 meses	34.248	-
Total	52.818	-

Os recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à emissão de Letras de Crédito Agrícola (LCA).

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2010	2009
Circulante	14.419	4.124
Impostos e contribuições a recolher	7.019	3.974
Impostos e contribuições sobre os lucros	7.400	150
Exigível a longo prazo	643	485
Provisão para riscos fiscais (nota 23b)	643	485
	15.062	4.609

b) Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 49.381 refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio propostos no valor de R\$ 43.183 e a provisão do programa de participações no resultado do Banco no valor de R\$ 6.198, de acordo com a Lei 10.101/2000.

c) Dívida subordinada

A dívida subordinada no valor de R\$ 16.707, firmada com Crédit Agricole Corporate and Investment Bank - France em 25 de maio de 2005, cujo vencimento é junho de 2015, esta sujeita a encargos financeiros de taxa Libor mais juros, que são pagos trimestralmente.

d) Diversas

	2010	2009
Valores a pagar - ligadas (Nota 11a)	-	8.917
Outros valores a pagar	5.301	4.549
	5.301	13.466

16. Capital social e dividendos

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social de R\$ 684.495 (R\$ 319.356 em dezembro de 2009) está representado por 9.238.140.142 ações sem valor nominal, sendo 8.667.807.956 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, sem direito de voto.

O Banco, por meio da Assembleia Geral Extraordinária do dia 11 de março de 2010, aprovou o aumento de capital social, em moeda corrente, no valor de R\$ 365.139, passando o capital social do Banco de R\$ 319.356 para R\$ 684.495 mediante a emissão de 4.584.133.715 novas ações ordinárias nominativas que estão inscritas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking sendo, respectivamente, 3.460.594.655 e 1.123.539.060 ações. Este aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 17 de março de 2010. Pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2010, foram aprovadas sem quaisquer ressalvas ou restrições e, cumprimento às disposições da Resolução 3.605 do Conselho Monetário Nacional, a transferência do saldo de lucros acumulados remanescente, no valor de R\$ 11.934, para a conta "Reservas de adequação do Patrimônio de Referência e a destinação do lucro líquido que foi apurado no exercício social que se encerrou em 31/12/2010, para fins de pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

Aos acionistas está assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido ou correspondente ao JCP de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2010 foram destinados dividendos no montante de R\$ 32.770, sendo que R\$ 7.892 já foram pagos em 2010, e JCP no montante de R\$ 21.535 que será ratificado na próxima AGO de acionistas.

17. Receita de prestação de serviços

	2010	2009
Prestação de serviços - ligadas (nota 11a)	12.004	13.355
Receita taxa de administração	4.616	11
Rendas de outros serviços	2.796	6.332
Total	19.416	19.698

18. Outras receitas operacionais

	2010	2009
Recuperação de encargos e despesas	13	9
Reversão de provisão de contingências	-	1.179
Variações monetárias	3.259	2.954
Outras rendas operacionais	715	1.039
Total	3.987	5.181

19. Outras despesas operacionais